



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
CONSELHO DE CURADORES**

Na seção em que trata da identificação e atributos da Instituição, o relatório apresenta sua finalidade e competências, o organograma funcional, os macroprocessos finalísticos e de apoio, além dos seus principais parceiros. Os números relacionados ao ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, criação e inovação, extensão universitária e ações afirmativas e assistência estudantil evidenciam um crescimento no porte da Universidade, ao longo dos últimos anos.

Ao se referir ao planejamento, o relatório cita o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012/2016, revisado em 2013, listando os itens que compõem as dimensões dos resultados institucionais, das ações afirmativas, da interiorização e internacionalização da Universidade e seus processos decisórios. Quanto aos resultados alcançados, cabe destacar a participação da UFBA na criação de duas novas universidades no Estado da Bahia, a ampliação de oferta e democratização do acesso e permanência ao estudante, elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos, o fortalecimento da extensão universitária e crescimento das atividades relacionadas à ciência, tecnologia e inovação. Evidencia-se, entretanto, que tal expansão torna premente responder ao desafio de adequar o financiamento da Instituição e sua infraestrutura, recompor os quadros de docentes e técnico-administrativos e ampliar as medidas que garantam a permanência, com qualidade, dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A este ponto, a Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento declara que uma das principais dificuldades enfrentadas pela gestão no exercício de 2013 foi a insuficiência de recursos aportados, destacando a manutenção do bloqueio da maioria das emendas parlamentares individuais e da emenda de bancada, que destinava 10 milhões de reais em capital, o que impactou o processo de modernização das Unidades Universitárias e o cronograma de execução de obras, projetando para 2014 dificuldades ainda maiores.

Cabe destacar aqui que o montante movimentado pela Instituição no exercício em análise, entre receitas realizadas e despesas executadas, foi superior a 1,4 bilhão de reais, conforme Balanço Orçamentário presente à fl. 286 do relatório.

O relatório, em sequência, presta análise ao conjunto de ações desenvolvidas no ano de 2013, quais sejam:

- I. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores
- II. Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores
- III. Auxílio-Transporte e Alimentação aos Servidores
- IV. Assistência ao Estudante
- V. Capacitação de Servidores
- VI. Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
- VII. Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica
- VIII. Funcionamento da Instituição
- IX. Reestruturação e Expansão da Instituição

A análise dessas ações aponta para um alcance razoável das metas físicas planejadas. Contudo, chama a atenção os dados referentes à execução orçamentária e financeira de algumas dessas ações, no que se refere ao montante de Restos a Pagar (RP), que correspondem a despesas empenhadas, mas não liquidadas ou pagas até o final do exercício. Saliente-se que valores dessa natureza vão se



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
CONSELHO DE CURADORES

acumulando, formando o chamado Restos a Pagar (processados e não processados) inscritos em Exercícios Anteriores que, em 31/12/2013, apresentou um saldo da ordem de 29 milhões de reais (fls. 89), composto, principalmente, por serviços de engenharia (obras e instalações) e equipamentos, que dependem da conclusão dessas obras para que sejam fornecidos, instalados e postos em funcionamento.

A explicação dada para esse valor é que "não existe uma estratégia para pagamento dos RP, pois na medida em que o objeto é adimplido e que o recurso financeiro é repassado, o pagamento é efetuado ao credor. (...)". Explica-se ainda que há "limites trimestrais para liberação dos recursos financeiros (...), porém, no exercício de 2013, os limites financeiros estabelecidos pelo MEC atenderam as necessidades de pagamento de Restos a Pagar, bem como das despesas do próprio exercício financeiro".

A seguir, o relatório relaciona e interpreta um conjunto de indicadores referentes à:

- a) Qualidade dos cursos de graduação - cujo índice é a nota média obtida no ENADE, avaliação feita pelo INEP, que varia de 1 a 5. A UFBA começou a ser avaliada em 2006, obteve índice 3,20 no primeiro triênio avaliado, 3,32 no segundo e, em 2012, 3,63, apresentando um crescimento pouco expressivo ao longo das avaliações. Na interpretação deste índice, salienta-se o forte impacto da adesão dos estudantes à prova. Aqui, cabe destacar que a Instituição deve enviar esforços para conscientizar os alunos sobre a importância da avaliação, mas, principalmente, tornar efetivos os processos e instrumentos próprios de avaliação da qualidade do ensino que promove;
  - b) Qualificação e Capacitação do corpo técnico-administrativo - mede a proporção dos diferentes níveis de formação no quadro de servidores, associado ao investimento em capacitação para o trabalho que desempenham, um dos direcionadores da progressão funcional. A série histórica de sete anos revela um crescimento moderado do nível de qualificação formal dos servidores. Por outro lado, o índice de progressões em função de capacitação demonstra um crescimento significativo deste investimento.
  - c) Investimento em capacitação do quadro docente - o apoio institucional para a capacitação do corpo docente em nível de pós-graduação avançou nos últimos quatro anos, especialmente em 2013, onde obteve maior score, 6,98. Isso se deveu ao crescimento de afastamentos para doutorados e pós-doutorados. Apesar disso, o relatório chama a atenção para o reduzido número de docentes que se afastam para pós-doutorado, sobretudo no exterior, o que afeta o objetivo de internacionalização da Instituição.
- A estrutura de governança e o funcionamento dos controles internos é o objeto de análise da seção seguinte, em que, a partir de um questionário avaliativo respondido por nove dos dezesseis dirigentes da alta administração, observa-se a seguinte média geral dos fatores avaliados, em uma escala que varia de 1 a 5: a) Ambiente de controle 4,17; Avaliação de risco 4,55; c) Procedimentos de controle 2,65; d) Informação e comunicação 2,00; e) Monitoramento 1,16.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
CONSELHO DE CURADORES**

A PROPLAN, a partir dos tímidos resultados observados nos três últimos fatores, esclarece que estes refletem um dos atuais desafios da Universidade, que diz respeito ao aperfeiçoamento dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como dos processos e procedimentos formais de monitoramento do sistema de controle interno, que permita avaliar sua validade, qualidade, adequação e contribuição para a melhoria da Instituição ao longo do tempo.

Ao tratar da execução das despesas do exercício de 2013, declara-se ter havido a necessidade de solicitação de suplementação orçamentária em 16,4% em função da realização de concursos no âmbito da expansão da Universidade. Além disso, destacam-se os valores inscritos nos demonstrativos da UFBA, com montante superior a 4,8 milhões de reais, cuja destinação foi a implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia e da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Há que se observar ainda um crescimento de 30% na rubrica "outros serviços de Pessoa Jurídica", em relação ao exercício de 2012, condizente com os gastos acentuados em obras e instalações, que incluem manutenções elétricas, hidráulicas e locação de mão-de-obra terceirizada. Cabe destacar que, apesar de se admitir a modalidade Licitação, em especial o Pregão Eletrônico, como forma privilegiada de contratação no serviço público, a Dispensa de Licitação persiste como modalidade mais aplicada, em virtude da atividade finalística da Instituição.

O relatório segue apresentando uma análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse junto às Fundações de Apoio, onde se evidencia que, em 2013, estavam vigentes 127 contratos, 66 celebrados neste ano. Persiste, entretanto, um passivo importante de prestações de contas a serem encaminhadas pelas Fundações. A PROPLAN elenca uma série de justificativas e ações adotadas para reverter esse quadro e estima que o mesmo seja superado até julho de 2015.

Cabe, aqui, fazer referência à nona seção do relatório, em que se apresenta o tratamento dado às deliberações exaradas pelo Tribunal de Contas da União e às recomendações da Controladoria-Geral da União e do Órgão de Controle Interno, incluindo aquelas pendentes de atendimento, totalizando 89 pgs. nas quais constam tabelas onde se destacam a deliberação/recomendação, o órgão responsável por atendê-la, as providências adotadas (quando houve) e a síntese dos resultados obtidos. Entre tais informações, é significativo o número de recomendações dirigidas às Fundações de Apoio, com destaque para a FAPEX e para a Fundação Faculdade de Direito, referentes à regularização de projetos e prestação de contas de contratos firmados. Apesar de, em grande parte dessas recomendações, haver o registro dos encaminhamentos devidos por parte da PROPLAN, fica evidente ser esta uma fragilidade de gestão a ser enfrentada.

Quanto à terceirização, apresenta-se às fls. 126 e 127, quadro de contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra, a partir do qual se faz referência às dificuldades encontradas pela Superintendência Administrativa (SAD) em mitigar o descumprimento de cláusulas que tratam de direitos trabalhistas dos terceirizados, relacionados a atraso no pagamento de salários, de auxílios transporte e alimentação pelas empresas contratadas, apesar da SAD adotar rotinas de fiscalização, envio de notificações e aplicação de penalidades contratuais.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
CONSELHO DE CURADORES**

No tocante à gestão do patrimônio, chama atenção a necessidade de avaliação dos mais de 6 milhões de reais de m<sup>2</sup> de terrenos da UFBA, cujos valores estão defasados. Além disso, estima-se uma perda territorial da Universidade em mais de 60 mil m<sup>2</sup>, ocupados por vias públicas do município ou por imóveis de terceiros, o que requer a adoção de medidas de regularização dominial.

Ao relatório é apensado documento emitido pela Contadora da UFBA, Sra. Maria Celestina Pinto Nascimento, onde se declara que os documentos contábeis constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade, exceto no tocante a: a) Adiantamento de Pessoal; b) Reavaliação de Bens Móveis; c) Depreciação dos Bens Móveis adquiridos antes de 2010.

**PARECER FINAL:**

Na presente apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2013 desta Universidade, apesar das evidentes dificuldades encontradas pela gestão de enfrentar questões importantes, não foram encontrados indícios de impropriedade, ou ainda, omissão no dever de prestar contas, prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, tampouco, desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

Além disso, no que se refere ao alcance dos objetivos institucionais presentes no Estatuto da Universidade, pode-se observar esforços de alocação de recursos direcionados ao alcance dos resultados delineados no PDI 2012/2016 e no fortalecimento das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação conforme relatórios das respectivas Pró-Reitorias. Estima-se que parte dessas alocações corresponde a investimentos com retornos importantes no médio e longo prazo.

Face ao que se observou e tendo ressaltado os aspectos considerados relevantes, opino favoravelmente à aprovação, por este Conselho Curador, do Relatório de Gestão do Exercício 2013 da Universidade Federal da Bahia e do Complexo Hospitalar de Saúde.

Este é o parecer, resguardados outros entendimentos.

Salvador, 24 de março de 2014.

Prof. Dr. Arlindino Nogueira Silva Neto  
Representante da Faculdade de Ciências Contábeis no CONSEPE  
Representante do CONSEPE no Conselho de Curadores



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
SECRETARIA DOS CONSELHOS SUPERIORES**

O Conselho de Curadores da Universidade Federal da Bahia, reunido em 25.03.2014, apreciou e aprovou, por unanimidade, o parecer, reiro apensado, emitido pelo Conselheiro Arlindino Nogueira da Silva Neto, relativo ao Relatório de Gestão/Prestação de Contas da UFBA 2013.

Em 25.03.2014.

**Terezinha Maria Dultra Medeiros**  
Secretária dos Conselhos Superiores



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
CONSELHO DE CURADORES

**PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E COMPLEXO HOSPITALAR DE SAÚDE  
EXERCÍCIO DE 2013**

Sr. Presidente e Srs. Conselheiras e Conselheiros,

Eu, Prof. Dr. Arlindino Nogueira Silva Neto, representante do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFBA) no Conselho de Curadores, fui designado para emitir parecer sobre o Relatório de Gestão da Universidade Federal da Bahia e seu Complexo Hospitalar de Saúde - Exercício de 2013, elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN/UFBA), sob a coordenação da Profa. Maria Isabel Pereira Vianna, para o qual submeto opinião à apreciação desta plenária.

O cito documento, apresentado aos órgãos de controle a que esta Unidade Jurisdicionada (UJ) é obrigada, nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 127/2013, Portarias TCU nº 175/2013, Portaria CGU nº 133/2013 e as orientações dos órgãos de controle interno da UFBA.

O Relatório de Gestão é composto de duas partes, assim distribuídas:

PARTE A - Conteúdo Geral

- I. Identificação e atributos da Unidade Jurisdicionada
- II. Planejamento e resultados alcançados
- III. Estruturas de governança e de autocontrole da gestão
- IV. Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira
- V. Gestão de pessoas, terceirização de mão-de-obra e custos relacionados
- VI. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário
- VII. Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento
- VIII. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental
- IX. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas
- X. Relacionamento com a sociedade
- XI. Informações contábeis

PARTE B - Conteúdo Específico

- I. Indicadores de desempenho
- II. Análise dos resultados dos indicadores
- III. Relação dos projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio
- IV. Quantitativo de terceirizados irregulares
- V. Providências adotadas para substituição de terceirizados

A seguir, serão destacadas aquelas informações consideradas de maior relevância, obedecendo à ordem de exposição, conforme a estrutura do documento acima especificada, para fins de emissão do parecer circunstanciado.